

## ENTREVISTA A XIXO (ALIAS WILSON RAMOS FILHO)<sup>1</sup>

1. ¿Desde hace cuanto tiempo te dedicas a defender los derechos de los trabajadores?, ¿Cómo te iniciaste en este trabajo?

Em 1982, terminando de cursar os créditos do mestrado em Direito de Estado e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina, fui convidado a trabalhar no escritório de advocacia de um velho militante de esquerda, Edésio Passos. A partir de então venho me dedicando à advocacia em defesa dos direitos dos excluídos.

2. ¿Crees haber contribuido a mejorar la situación de tus clientes? Quiénes son tus clientes?

Nos últimos 15 anos nossa advocacia tem se concentrado na defesa de trabalhadores demitidos em face de seus ex-empregadores. Nesse trabalho se consegue reaver um pouco da mais-valia expropriada pelos empregadores, nada mais que isso.

3. ¿Cuál ha sido tu experiencia con el judiciario trabalhista? Son jueces progresistas? Reaccionarios o conservadores?

A Justiça do Trabalho no Brasil é uma estrutura concebida para não funcionar. Os processos são demorados (uma empresa representada por um bom advogado consegue prolongar uma demanda por mais de 10 anos), os juros sobre os débitos trabalhistas são insignificantes, não há uma multa pelo descumprimento das leis trabalhistas, etc. Como em toda instituição a Justiça do Trabalho é composta por juizes das mais distintas orientações políticas e ideológicas (lembro que no Brasil o acesso ao cargo de magistrado se dá por concurso público de provas e títulos). Os problemas da Justiça do Trabalho não estão centrados na figura dos juizes mas na própria estrutura do Judiciário e na existência de um sem-número de recursos que fazem com que muitas vezes os trabalhadores prefiram fazer acordos por 40% do valor da demanda do que esperar o regular trâmite do processo

4. ¿El judiciario ha constituido un problema para ustedes, o ha sido favorable a los obreros?

As demandas trabalhistas em geral são julgadas procedentes, sendo rara encontrarmos ações improcedentes.

5. Eres miembro del partido de los trabajadores, hoy en el gobierno. ¿Qué perspectivas, favorables o no, puedes avizorar para el ejercicio de tu profesión al servicio de los trabajadores?

Está em curso uma reforma trabalhista. Caso a proposta governamental seja aprovada sem grandes alterações no Congresso Nacional se espera que os

---

<sup>1</sup> Wilson Ramos Filho es, en tanto Xixo, abogado laboralista defensor de obreros y sindicatos. Entanto Ramos Filho, es profesor de la Universidad Federal de Paraná.

processos tenham tramitação mais ágil e que diminua o nível de delinquência patronal no descumprimento da legislação trabalhista.

6. ¿Qué piensas sobre el futuro de la democracia, el derecho y los abogados críticos, luego de esta experiencia en el gobierno?

É difícil respondê-la, pois se trata de vaticínio. Lula está fazendo um excelente governo (comparado com os 500 anos dos governos anteriores), atacando privilégios, reduzindo as desigualdades sociais, promovendo reformas estruturais (para desespero das elites, da mídia conservadora e de uma certa “esquerda” pequeno-burguesa encastelada em algumas universidades que, só sabendo criticar, continua criticando o governo que ajudou a eleger) que mudarão a história do país. Sendo assim, não acho que possa haver uma resposta sobre o reflexo desse governo para o “futuro da democracia” pois isso dependerá de uma correlação de forças que se dará no futuro. Também não posso responder sobre os reflexos do atual governo de esquerda para o direito e para os advogados críticos. Até onde posso compreender, o direito não depende do governo, até porque as leis não mudam de acordo com o calendário eleitoral. O que sim, pode mudar, é a *aplicação* do direito por parte dos tribunais. De fato, ao tempo em que o neoliberalismo estava na moda, era comum vermos interpretações judiciais repetindo os dogmas neoliberais. Hoje, muito timidamente, já vemos julgados se referindo a fatores sociais na fundamentação das decisões. Mas isso também é um processo: a mudança na percepção dos magistrados não se opera automaticamente em função do calendário eleitoral (até porque vários magistrados não votaram no PT e muitos deles foram “prejudicados” com a reforma previdenciária que acabou com vários privilégios que a eles haviam sido historicamente concedidos).

Quanto aos advogados críticos, pouco mudou. As urgências sociais não desapareceram com a eleição de Lula. A nós, advogados do movimento popular, cabe continuar a pressão sobre o Estado para que as reformas necessárias sejam efetivamente implementadas e no menor tempo possível. O governo do PT, como qualquer governo, será uma resultante da correlação de forças que se estabelecer na sociedade. Como parte dos empresários se aproximam do governo tentando influenciá-lo, cabe ao movimento social influenciar o governo com suas táticas (ocupações, greves, etc) e aí o papel dos advogados críticos vinculados ao movimento permanece o mesmo: servir de instrumento do movimento social na frente de lutas jurídica. Seria terrível se não fosse assim, pois os advogados críticos não são e nunca serão governo: são instrumentos dos movimentos sociais na pressão sobre o Estado e sobre este e ou sobre qualquer governo. Até porque, se ocuparem cargos no governo, embora advogados e embora críticos, não serão “advogados críticos” no sentido em que estamos habituados a utilizar a expressão, como sinônima de “advogados comprometidos com a emancipação dos explorados” em face dos patrões e do Estado.

Em resumo: a chegada do PT ao governo (que poderia ser mais ousado em suas políticas, segundo nosso entendimento) não acabou com o capitalismo,

com a exploração e com a exclusão social. Os advogados críticos, que continuarem atuando como advogados do movimento social e popular (dentre os quais eu me incluo) terão que seguir agindo como sempre agiram, instrumentalizando o direito na defesa dos interesses dos excluídos sociais. Essa postura não se confunde com aquela da pequeno-burguesia meramente universitária pretensamente de esquerda que, absolutamente afastada das lutas populares, se dedica a criticar o governo Lula (nisso se aproximando das elites e da direita reacionária) apontando-lhe as contradições e dificuldades. Esses setores (que não são propriamente “advogados críticos” embora possam ser “professores de direito críticos”) nunca foram realmente fundamentais ao movimento social e, na verdade, poucos são os que ainda lhes dão ouvidos (salvo pela imprensa conservadora que, para atacar o governo de esquerda, amplificam as “críticas” formuladas por tais setores).

Espero haver respondido à sua pergunta, grande camarada.